

A UTOPIA DEMOPÉDICA DA REPÚBLICA

Joaquim Pintassilgo
Universidade de Lisboa

O papel regenerador da educação

Um dos principais lugares-comuns presentes em grande parte dos discursos difundidos entre o final do século XIX e o início do século XX, designadamente os oriundos do campo republicano, era o que considerava a educação como factor principal do progresso das sociedades. A importância dessa concepção resultava da conjugação das influências iluminista e positivista. No que diz respeito ao republicanismo, podemos mesmo considerar o positivismo, ainda que não um positivismo ortodoxo, como a sua grande fonte doutrinária. Bem na linha do organicismo que caracterizava essa corrente, o republicanismo imaginava a República como momento de regeneração social, ou seja, de construção de uma nova era, ainda que enraizada no passado da comunidade nacional, mas que a retirasse da decadência em que havia caído, segundo se acreditava, por responsabilidade da Monarquia. Nessa óptica, era à educação que estava atribuída a missão de construir o «homem novo» republicano, o cidadão consciente e participativo capaz de garantir a permanência do novo regime (Araújo, 1997).

Da revolução política à revolução cultural

Depois do momento mágico que foi a instauração da República, encarada como redentora, muitos dos actores do campo republicano tiveram consciência de que a principal tarefa só então começava, consistindo esta em implantar a República na mente e, principalmente, no coração dos portugueses. Esta lógica de revolução cultural implicava o combate à entidade que surgia como o inimigo a abater no terreno cultural – o catolicismo. Daí a importância que o anti-clericalismo e, em especial, o projecto de laicização da sociedade assumiam no âmbito do discurso e da prática política republicana. O laicismo apresentava-se, na verdade, como a alternativa ao catolicismo no que se refere à função de integração social. A escola, em particular a escola primária, era vista como o lugar privilegiado para a formação do cidadão, daí a importância que a educação moral e cívica passou a desempenhar no currículo escolar, tanto no que se

refere à sua dimensão formal, como no que diz respeito a todo um vasto conjunto de símbolos e rituais que são difundidos, no terreno escolar e na sociedade em geral, tendo em vista a republicanização dos portugueses (Catroga, 1991).

Analfabetismo e menoridade cívica

O activismo político republicano e o labor cultural de pendor iluminista da maçonaria foram, assim, algumas das condições que favoreceram a afirmação de um discurso que colocava o povo e a sua educação no centro do debate político e social. Subjacente a este debate estava, em primeiro lugar, a questão do analfabetismo. As estatísticas publicadas na segunda metade do século XIX conduziram à sua traumática descoberta pela minoria culta do país, ao mostrarem que a esmagadora maioria do povo português nunca havia frequentado a escola, não sabendo ler nem escrever. O discurso então difundido, em particular pelos republicanos, dramatizou ao limite esse problema e pressupunha um olhar acentuadamente desvalorizador sobre a figura do analfabeto, colocado na antecâmara da “civilização” e a quem era atribuída uma espécie de menoridade cívica.

O analfabeto, pela sua incapacidade de aceder à cultura escrita, não estaria em condições de ser o cidadão-eleitor, consciente e participativo, almejado pela República. Assim se explica o investimento simbólico nesse combate e o desenvolvimento de múltiplas iniciativas no campo da alfabetização, tanto de crianças como de adultos, cujo exemplo mais emblemático é constituído pelas Escolas Móveis pelo Método de João de Deus (Pereira, 1998). Assim se explica, também, a estreita articulação então fomentada entre alfabetização e educação cívica, no âmbito do já referido projecto global de formação do cidadão. A aprendizagem de competências ao nível do ler, escrever e contar surge em paralelo com as preocupações relativas à interiorização, por parte dos futuros cidadãos, dos novos valores laicos e patrióticos associados ao republicanismo. Para além de consciente dos direitos e deveres correspondentes, o cidadão a formar devia ser, igualmente, exemplar do ponto de vista da sua moralidade, o que implicava o desenvolvimento de todo um projecto de regeneração individual e social e de combate aos chamados “males” e “vícios” sociais.

A centralidade da educação popular

Vão conhecer, igualmente, a luz do dia várias outras experiências nos terrenos da educação popular, dinamizadas por sectores políticos e sociais muito diversificados - do Estado à iniciativa particular, do republicanismo e da maçonaria ao anarquismo, das associações operárias à intelectualidade - e assumindo formas muito diversas, como creches, asilos, escolas operárias, escolas de centros republicanos, universidades livres e populares, entre muitas outras (Bandeira, 1994; Candeias, 1987; Fernandes, 1993; Gonçalves, 2007; Proença, 2008). Refiramos, a título de exemplo, duas dessas instituições, começando por uma das mais prestigiadas e bem sucedidas, a Voz do Operário, criada em 1883, já depois do início da publicação da revista com o mesmo nome, por iniciativa dos manipuladores de tabaco, que abriu a primeira escola em 1891 e, na década de 20, já tinha mais de 70.000 sócios e sustentava ou apoiava mais de sete dezenas de escolas de primeiras letras (Lopes, 1995).

No que diz respeito ao carácter inovador das suas opções pedagógicas, a mais emblemática das experiências então desenvolvidas foi a da Escola Oficina n.º 1, situada no bairro da Graça em Lisboa e criada em 1905 por uma associação maçónica. A partir do momento em que se passou a fazer sentir a influência de um grupo de professores libertários, em particular de Adolfo Lima, a escola tornou-se um *ex libris* da chamada Educação Nova em Portugal e lugar de experiências várias, designadamente no que diz respeito à autonomia dos alunos - através da criação de uma associação designada por «Solidária» -, à prática da coeducação, à concretização curricular de áreas como os trabalhos manuais educativos, a educação física, a educação artística e as excursões pedagógicas e à ausência de manuais, de exames, de prémios e de castigos (Candeias, 1994).

A educação cívica escolar

No âmbito das reformas educativas do período republicano dedicadas à instrução primária, bem como nos programas então elaborados, e educação cívica foi uma presença constante no currículo. Os programas valorizavam a aquisição de conhecimentos respeitantes ao funcionamento do regime liberal democrático, conhecimentos esses que deveriam servir de base à interiorização dos novos valores laicos e republicanos. Assistimos, a este nível, a uma interessante convivência entre valores diferentes do ponto de vista da sua fundamentação filosófica e ideológica, mas cuja conjugação era relativamente coerente. A herança liberal estava inevitavelmente

presente ou não fosse o republicanismo uma variante do liberalismo. Embora retomando a trilogia revolucionária, a República pretendia apresentar-se como relativamente moderada, daí a preocupação, típica do positivismo, de compatibilizar o progresso com a preservação da ordem. A alternativa contraposta à moral católica, entretanto afastada da escola, era uma moral laica assente na solidariedade (Pintassilgo, 1998).

A forma mais inovadora de promoção da educação moral e cívica nos meios escolares foi, no entanto, a que ficou conhecida para a posteridade pela expressão inglesa *self-government*, fomentada pelos meios da Educação Nova. O pressuposto daquela prática, que tinha em vista a autonomia dos alunos, era o de que só a vivência concreta de experiências democráticas permitiria preparar esses mesmos alunos para a vida numa sociedade democrática. As associações de estudantes baptizadas como «solidárias» foram a sua manifestação mais habitual no Portugal republicano, como aconteceu na Escola Oficina n.º1 e no Liceu de Pedro Nunes. Essas associações deveriam reflectir, em ponto pequeno, as instituições dos adultos, constituindo-se como verdadeiros «laboratórios sociais», em que a criança e o adolescente experimentariam a vida em sociedade. A escola devia, nesta perspectiva, não só integrar-se, o mais possível, na vida social, como ser ela própria uma espécie de «sociedade em miniatura» (Candeias, 1994; Ó, 2003).

A sacralização da Pátria e da sua História

Não podemos, igualmente, deixar de sublinhar a riqueza e o interesse das manifestações curriculares mais informais no que se refere à pedagogia cívica republicana, designadamente os cultos, rituais e símbolos de inspiração laica que marcavam presença nos espaços e contextos escolares e dos quais não estava ausente uma certa conotação religiosa. Este facto remete-nos, igualmente, para a importância de que se revestia a dimensão afectiva na formação dos cidadãos. O projecto republicano assumia o patriotismo como a ideologia capaz de gerar o consenso e de contribuir para a interiorização de uma memória colectiva que servisse de base ao fortalecimento da identidade nacional. A entidade unificadora que era a pátria passou a ser alvo, como nunca até aí, de um processo de sacralização que aspirava à sua consagração no coração, mais do que na cabeça, dos jovens portugueses que frequentavam a escola primária e que a República encarava como sendo os cidadãos do futuro. Assim se compreende a

importância então assumida por manifestações tais como o culto da bandeira e do hino ou o culto dos heróis da pátria.

A pátria surgia identificada, em grande medida, com a sua história. Consciente da ruptura que protagonizava, carente de legitimação, a República assumia-se como herdeira do passado nacional. Tratava-se de uma história velha de quase oito séculos. Assistimos, assim, a uma espécie «invenção da tradição» por parte da pedagogia cívica republicana. Desse passado destacavam-se, pelo seu prestígio, alguns momentos, designadamente as origens ou a luta pela preservação da independência nacional. O momento da história portuguesa mais prestigiado, e no qual se verificou um maior investimento sentimental, foi, no entanto, o período das descobertas e da expansão marítima. Só assim se compreende a promoção, pelo republicanismo, da figura de Luís de Camões como figura mais representativa da hagiografia nacional. Poeta da grande epopeia, ninguém melhor do que ele para simbolizar o regresso à «idade de ouro» perdida. Portugal regenerar-se-ia retornando à sua vocação histórica de potência colonial. Era o regresso a um passado que constituía, na verdade, um passado mítico (Catroga, 1991; Matos, 1990; Pintassilgo, 1998).

O simbolismo regenerador da Festa da Árvore

Ao nível escolar, a principal de entre as festividades cívicas fomentadas pelo republicanismo foi a festa da árvore, retomando a tradição inaugurada pela Revolução Francesa e institucionalizada pela III República. No nosso país, as festas da árvore começaram a ser celebradas nos últimos anos da monarquia. No entanto, só depois da implantação da República é que esta festividade recebeu um notório incremento. Em 1913, *O Século Agrícola* tomou a iniciativa de organizar a «Festa Nacional da Árvore», implicando a realização de festas simultâneas um pouco por todo o país, sendo para tal escolhido o dia 9 de Março. Este terá sido o ponto alto da nova festividade cívica escolar. Nos anos seguintes ainda conseguiu manter algum dinamismo, embora o entusiasmo tenha diminuído gradualmente ao mesmo tempo que se acentuava o seu carácter estereotipado.

Tal como as «árvores da liberdade» em França, as árvores plantadas pelas crianças portuguesas, durante as suas festas da árvore, são igualmente de uma grande riqueza e complexidade simbólica. A árvore surge, acima de tudo, como símbolo da regeneração, isto é, ela representava, de forma admirável, a capacidade de renovação

característica da natureza, do mesmo modo que a República se pretendia apresentar como regeneradora de uma pátria há muito decadente. A árvore simbolizava, ainda, outros valores cívicos e morais caros ao republicanismo como pátria, liberdade, solidariedade ou vida. Na maioria dos casos a festa da árvore decorreu no mês de Março, assinalando a passagem do Inverno para a Primavera. Este facto expressava, provavelmente, a continuidade entre os ancestrais ritos de sagração da natureza, que ocorriam na Primavera, e a nova festividade dedicada à regeneração social.

O esquema organizativo da festa da árvore manteve-se inalterável de festa para festa. Um elemento importante era o cortejo cívico, que percorria a localidade dirigindo-se para o local de plantação das árvores, passando pelos pontos centrais da toponímia republicana. Um outro aspecto a realçar é o que se refere ao papel de destaque assumido pelos professores primários na organização da festa, o que nos remete para a missão que a República lhes atribuía como guias espirituais das comunidades. Protagonistas centrais eram, igualmente, os jovens alunos das escolas primárias. Na verdade, que melhores actores poderia ter a celebração da permanente capacidade de renovação da natureza que essa vida em crescimento que são os jovens? Apesar de organizada pelas escolas primárias, a festa da árvore extravasava o âmbito estritamente escolar, oferecendo-se como espectáculo cívico no espaço público (Pintasilgo, 1998; Rodrigues, 2007).

Instrução militar e patriotismo

Uma outra estratégia tendo em vista a formação de cidadãos republicanos e patriotas foi a representada pela instrução militar dos jovens alunos das escolas primárias. Vindo de França, o exemplo dos batalhões escolares chegou a Portugal em 1881, quando os exercícios militares são introduzidos na Escola Central Municipal nº1 por Elias Garcia e Teófilo Ferreira. De inspiração republicana e maçónica, o primeiro batalhão escolar português fez a sua aparição pública num desfile em 1882. Outras iniciativas se lhe seguiram, aparentemente sem grande continuidade. Após a implantação da República procurou-se dar um novo impulso a este projecto. O decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911 publicou o regulamento e o programa da chamada Instrução Militar Preparatória. São editados, posteriormente, manuais de apoio a esse programa. O plano de estudos do 1º grau – que englobava a escola primária – incluía, para além da preparação militar propriamente dita, a educação cívica e,

significativamente, a ginástica e o canto coral. Aspirava-se à formação do carácter, à aquisição de hábitos de disciplina e à “regeneração” física da “raça portuguesa”, juntamente com interiorização do espírito patriótico.

Como em França, a instrução militar dos jovens alunos da escola primária tinha em vista, também, a sua participação nas festas cívicas. Com o objectivo de mobilizar a sociedade civil para a iniciativa, criaram-se, através da Portaria de 1 de Junho de 1912, as Sociedades de Instrução Militar Preparatória, que tinham por finalidade a instrução militar dos cidadãos de forma a que estes estivessem preparados em permanência para defender a Pátria em caso de perigo. Não obstante a polémica desencadeada pelo projecto de militarização da juventude, em particular no campo pedagógico renovador, foi visível o esforço, especialmente nos primeiros anos da República, para o difundir no seio das escolas primárias portuguesas. Apesar de ter chegado a conhecer um relativo sucesso, o mesmo acabou, no entanto, por não ter uma real continuidade. Convém não esquecer, no entanto, o contributo positivo que a iniciativa terá dado para a difusão da educação física em Portugal, acabando esta por se libertar da tutela militar a que surgiu associada na fase inicial (Pintassilgo, 1998; 2007).

Referências

- Araújo, A. F. (1997). *O “homem novo” no discurso pedagógico de João de Barros. Ensaio de mitanálise e de mitocrítica em educação*. Braga: Universidade do Minho.
- Bandeira, F. (1994). *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20. Os intelectuais e a educação do povo: entre a salvação da República e a revolução social*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- Candeias, A. (1987). As escolas operárias portuguesas do 1.º quarto do século XX. *Análise Psicológica*, V (3), 327-362.
- Candeias, A. (1994). *Educar de outra forma. A Escola-oficina nº1 de Lisboa. 1905-1930*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Catroga, F. (1991). *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910* (2 vols.). Coimbra: Faculdade de Letras.
- Fernandes, R. (1993). *Uma experiência de formação de adultos na 1ª República. A Universidade Livre para Educação Popular. 1911-1917*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Gonçalves, M. N. (2007). O ideário educativo republicano. Da propaganda eleitoral republicana aos debates parlamentares (1878-1910) (3 vols.) [Tese de Doutoramento]. Évora: Universidade de Évora.

Lopes, R. (1995). *Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário». Uma associação representativa da classe dos manipuladores de tabaco, em particular, e da classe operária, em geral*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

Matos, S. C. (1990). *História, mitologia, imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte.

Ó, J. Ramos do (2003). *O governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: Educa.

Pereira, I. (1998). *História de um paradigma : o método João de Deus e as Escolas Móveis* (Tese de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da 1ª República portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

Pintassilgo, J. (2007). A Revista de Educação Geral e Técnica no contexto do Portugal republicano. Debate sobre a educação moral e cívica. In A. R. Schelbauer & J. C. S. Araújo (Org.). *História da Educação pela imprensa* (pp.129-154). Campinas: Editora Alínea.

Proença, M. C. (2008). A republicanização da educação e da escola. In N. F. Cunha (Coord.). *Pedagogia e educação em Portugal. Séculos XX e XXI* (pp.163-189). Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Museu Bernardino Machado.

Rodrigues, M. M. (2007). *O verde e o vermelho dos bancos de escola. O ensino primário na 1ª República no Barreiro* [Tese de Doutoramento]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.